

Programa Para Fortalecimento da Mídia em Moçambique

SITUAÇÃO DA BIODIVERSIDADE NA MÍDIA

Fevereiro de 2016

Objecto de Análise:

Jornais: Notícias, O País, Diário de Moçambique, Catembe.com, Mediafax, Correio da Manhã, @Verdade, Canal de Moçambique, Magazine Independente, Zambeze, ExpressoMoz, Domingo, Savana e Público.

Seguem abaixo os pontos-chave deste relatório, e respectivos os anexos:

- No mês de Fevereiro foram publicados na Mídia moçambicana, **11** artigos sobre Biodiversidade¹;
- Da mídia analisada, os jornais Diário de Moçambique e O País publicaram mais, com 4 e 3 matérias cada, sendo que nos semanários, o Domingo perfila com 1 matéria, A Verdade 1, Correio da Manhã também 1;
- Maior parte das matérias tem o foco em questões ambientais, na introdução pelo governo da nova lei que proíbe o fabrico e uso de saco plástico em estabelecimentos comerciais, por se considerar nocivo a saúde e ao meio ambiente. Uma medida que entrou em vigor no dia 10 de Fevereiro;
- De forma isolada, também se abordou a questão da caça furtiva, e a detenção de indivíduos envolvidos e outros mortos durante a excursão da caça nos parques de Kruger, na África do Sul e Gonazherou no Zimbabwe;
- Escreveram sobre estas matérias os jornalistas, Jorge Rungo do Jornal Domingo, Victor Muvale do Diário de Moçambique e Raúl Massingue do jornal O País.

¹ como sendo a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos, e os complexos ecológicos de que fazem parte. Compreende ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas.

Anexos:

1 - Meio Ambiente

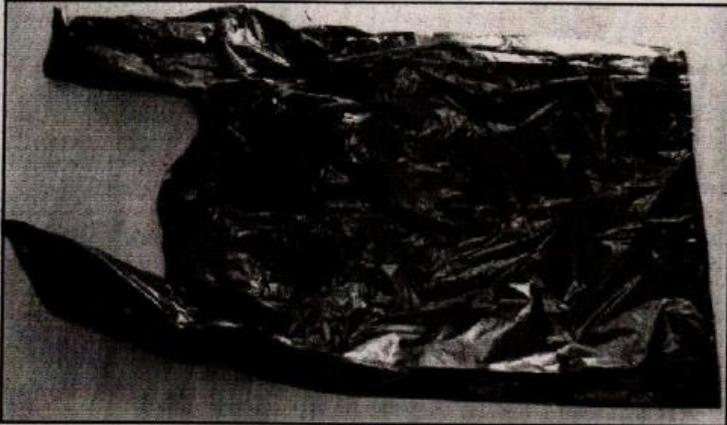
Jornal: Diário de Moçambique; **Dia:** 10

Título: Governo recolhe sacos plásticos nas fábricas e centros comerciais

- A matéria insere-se no contexto da implementação do decreto nº 16/2015, de Agosto que inibe a venda de plástico inferior a 30 micrómetros;
- Há sustento do inspector chefe da direcção provincial de Terra Ambiente e Desenvolvimento Rural, não contemplando os fabricantes e os consumidores;
- Através do artigo, é possível saber das sanções que os vendedores terão, caso continuem vendendo. Porém, apesar de mencionar que o saco plástico actualmente vendido causa problemas à saúde não clarifica quais são.

A partir de amanhã

Governo recolhe sacos plásticos nas fábricas e centros comerciais



Governo quer banir sacos plástico com espessura inferior a 30 micrómetros,

A Direcção Provincial da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural arranca, a partir de amanhã, com as actividades de fiscalização conjunta dos estabelecimentos que se dedicam à produção, importação e comercialização do saco de plástico, com espessura inferior a 30 micrómetros.

Domingos Brisito Jequecene, inspector chefe daquela direcção provincial, disse ontem, em conferência de imprensa, que terminado o prazo de 180 dias para divulgação do Regulamento Sobre a

Gestão e Controle do Saco de Plástico, aprovado pelo Decreto nº 16/2015, de 5 de Agosto, vai arrancar a recolha de sacos plásticos proibidos por lei, nos estabelecimentos abrangidos pelo dispositivo em referência.

"Vamos iniciar com os trabalhos de fiscalização e apreensão do sacos de plásticos com espessura inferior a 30 micrómetros, uma medida que visa reduzir impactos negativos na saúde humana, infra-estruturas, biodiversidade e no ambiente em geral, devido à sua

característica de não biodegradabilidade, de acordo com disposto no artigo 33 da lei 20/97, de 1 de Outubro, relativo à lei de ambiente", disse.

Ele precisou que a norma obriga a que o produtor rotule o saco plástico produzido, indicando o nome da empresa ou logotipo, endereço físico, características do produto, incluindo o volume, material usado, símbolo do plástico e espessura, para além da sua percentagem, caso contenha material reciclado.

Caso haja transgressões às disposições deste regulamento, de acordo com o artigo, os infractores ficam sujeitas à multas que variam entre 25 e 80 salários mínimos.



Domingos Brisito Jequecene,

Jornal: O País; **Dia:** 9
Título: Governo apreende mais de três toneladas de saco plástico proibido

- O artigo faz o acompanhamento da fiscalização feita pelo Ministério de Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural sobre inibição da fabricação e venda de saco plástico abaixo de 30 micrómetros;
- Notam-se as participações dos inspectores do ministério bem como os fabricantes. A matéria menciona os danos financeiros que esta recolha irá acarretar aos fabricantes. Contudo, não há o registo dos depoimentos dos consumidores e especialistas para esclarecer sobre os problemas de saúde;
- É referido na matéria que durante as fiscalizações, os inspectores têm sofrido tentativas de corrupção, pois ainda encontram muitas quantidades dos plásticos proibidos.

6 • O País • Terça - feira, 09 de Fevereiro de 2016

SOCIEDADE

Protecção do meio ambiente

Governo apreende mais de três toneladas de saco plástico proibido

Raúl Massingue
sociedade@soico.co.mz

Prazo esgotado. Várias equipas iniciaram, ontem, em todo o país, a fiscalização do regulamento sobre gestão e controlo do saco plástico, que entrou em vigor, de forma definitiva, no passado dia 5. As empresas produtoras e revendedoras tiveram 180 dias para se conformarem com o dispositivo e banirem, por completo, o saco plástico com espessura inferior a 30 micrómetros, isto é, o descartável.

"O País" assistiu ao trabalho da Inspeção do Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural numa das cinco fábricas inspeccionadas na cidade de Maputo.

Apesar de terem sido informados com antecedência, os fabricantes foram flagrados com grandes quantidades de saco plástico proibido. Os representantes da empresa ainda tentaram negociar com a Inspeção no sentido de destruir o saco proibido para conseqüente reciclagem.

Com os prejuízos, a empresa equaciona dispensar alguns trabalhadores. "O prejuízo não é só para o patronato, mas também para os trabalhadores. Vamos ter que despedir alguns operários. Nós já não produzimos saco plástico descartável, estas quantidades pertencem aos nossos clientes que estão a devolver, para posterior reciclagem", disse Amélia Amado, representante da empresa.

Amélia avançou que a indústria está para adquirir equipamento para cumprir na íntegra o regulamento. É por essa razão que o dono da empresa se encontra na China. Questionada sobre o tempo que iria durar o processo de mudança, a representante mostrou-se recosa e não quis avançar datas. Entretanto, garantiu estar ciente de que, nos próximos dias, a Inspeção pode voltar e aplicar multas.



Equipa do MITADER a recolher material proibido

MITADER DIZ QUE SERÁ IMPLACÁVEL CONTRA INFRACTORES

As autoridades referem que não vão tolerar o desrespeito do dispositivo. Nesta fase, várias equipas espalhadas por todo o país farão fiscalizações diárias, até ao dia 29 deste mês. "A nossa prioridade é evacuar no máximo todo o saco plástico não recomendado por lei. Este trabalho está a ser feito a nível nacional. As Alfândegas estão a fazer o seu trabalho, agora, todo o plástico ilegal não entrará no país. Hoje (ontem), apreendemos cerca de 3.5 toneladas de material proibido", disse Emília Fumo. Esteregulamento proíbe ainda os estabelecimentos comerciais de oferecer gratuitamente saco plástico aos seus clientes. Proíbe a produção do saco plástico com mais de 40% de material reciclado, entre outros impedimentos. Os infractores podem pagar ao Estado até 240 mil meticals de multa.



Dada a acção da Inspeção, um trabalhador tentou subornar a inspectora-geral do Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural. Uma acção frustrada. "Neste trabalho de fiscalização, tentativas de suborno são normais, o que temos tentado fazer é vincar que se deve trabalhar em cumprimento da lei", referiu a inspectora-geral do MITADER, Emília Fumo. ■



Emília Fumo
Inspectora-geral/MITADER

"Apelo a todos os cidadãos a denunciarem os nossos colegas que se envolverem em actos de corrupção durante este processo. Nós tomaremos medidas, de forma a retrair esses actos no nosso trabalho. Demos muito tempo para as fábricas trocarem o equipamento e ajustarem-se aos novos procedimentos, não podemos recuar. Caso deixemos este material, quem nos garante que eles não irão comercializar."

3.5
Toneladas

Número aproximado de toneladas apreendidas ontem na cidade de Maputo

5
Agosto de 2015

Data em que o regulamento entrou em vigor de forma parcial

Jornal: O País; **Dia:** 24

Título: MITADER ausa Renamo de caça furtiva

- A matéria faz uma denúncia da caça furtiva feita pelos membros do partido Renamo. Apesar de ser citado ministro da Terra Ambiente e Desenvolvimento Rural, não existem dados que realmente comprovam esta acusação;
- Carece ainda no artigo, de dados que demonstram o aumento da caça furtiva, no geral e dos elefantes em particular como os animais mais caçados no parque mencionado;
- Além da descrição do ministro não há depoimentos dos acusados nem mesmo dos responsáveis do Parque onde realizam as caças. Percebe-se que o artigo apenas foi realizado com base na cobertura do conselho de ministro.

MITADER acusa Renamo de caça furtiva

O ministro da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (MITADER) denunciou, ontem, o aumento de casos de caça furtiva no interior do Parque Nacional de Gorongosa, maior reserva ecológica nacional, protagonizada por homens armados alegadamente da Renamo. Celso Correia fez esta denúncia numa conferência de imprensa, no final da quinta sessão ordinária do Conselho de Ministros.

Sem avançar dados numéricos, o ministro falou de casos de elefantes, que fazem parte dos animais na linha da frente dos mais caçados. “Registámos que o número de abates de animais tem aumentado, o que nos preocupa em termos de preservação, porque é um recurso do povo, uma riqueza que lutamos para repor e preservar. Como sabem, Gorongosa é hoje um santuário a nível mundial, pelo que condenamos esta acção”, disse Correia.

O ministro disse esperar que



Celso Correia

a acção tenha respostas adequadas, o mais cedo possível. “As respostas estão a ser dadas à sua medida, por via do diálogo, como tem vindo a acontecer. O parque tem segurança própria, mas esperamos que as Forças de Defesa e Segurança possam intervir, caso seja necessário, para proteger e dar o conforto à sustentabilidade dos nossos recursos”, frisou. ■